

DESEMPREGO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

José Nilson Reinert *

RESUMO

O presente trabalho aborda algumas questões relacionadas com o desemprego. Apresenta, primeiramente, o conceito de desemprego e, a seguir, algumas das causas, consequências e possíveis soluções para o mesmo. Mostra ainda algumas dificuldades encontradas para a elaboração e implementação de políticas visando à minimização do problema do desemprego; dentre elas, a questão política, a questão metodológica de contabilização do desemprego, a ideologia neo-liberal prevalecente na atualidade, bem como a incompetência e o descaso dos setores, tanto público quanto privado, em relação ao desemprego.

PALAVRAS CHAVE: Desemprego, emprego, trabalho.

ABSTRACT

This paper presents some questions which the author considers relevant about unemployment. It presents the concept of unemployment, some causes, consequences and possible solutions to the question. It also presents some difficulties regarding the elaboration and implementation of policies to minimize the problem of unemployment, the political questions, the methodological questions to account the unemployment, the new liberal ideology prevailing today and the incompetence and the indifference of the public and of the private sector about unemployment.

KEY WORDS: Unemployment, employment, work.

INTRODUÇÃO

O desemprego tem sido um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados pela humanidade. É certo que, nos últimos dois anos, tem havido algum arrefecimento nas taxas de desemprego no mundo todo. Mesmo assim, estas taxas ainda estão num padrão extremamente elevado. De acordo com dados recentemente publicados, o Brasil, por exemplo, tem uma taxa de desemprego em torno de 7.0 %, os EUA 4.1%, o Japão 4,7% e a zona do euro 9,1%. (1)

emprego e trabalho. Estes conceitos, no entanto, são bastante distintos. O trabalho é uma atividade social, necessária ao progresso material e moral da humanidade. O trabalho é tão antigo quanto à humanidade. Pode-se imaginar que, a partir do momento em que o homem tenha tomado consciência de sua individualidade, tenha também tomado consciência do trabalho como atividade indispensável para sua sobrevivência e seu progresso. O trabalho é uma atividade inerente à condição humana e sempre existiu, independentemente do modo de produção vigente.

O QUE É DESEMPREGO?

Parece lugar comum a confusão entre

O emprego, por sua vez, é uma consequência específica do capitalismo. Ele é o elo de ligação formal entre o trabalhador e o modo de

* Doutor. Professor Titular do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

produção capitalista e não com uma organização específica, porque o trabalhador é livre para escolher a organização por intermédio da qual sua ligação se efetivará.

Desta forma, o desemprego é caracterizado como sendo a não possibilidade do trabalho assalariado nas organizações de um modo geral. De acordo com Garraty, desemprego significa "a condição da pessoa sem algum meio aceitável de ganhar a vida e os desempregados são pessoas capazes de trabalhar para satisfazer suas necessidades, mas ociosas, independentemente de sua boa vontade para trabalhar ou do que elas possam fazer para atender as necessidades da sociedade." (2)

A definição de desempregado, encontrada numa pesquisa mensal sobre a força de trabalho no Japão, é a "de alguém que não desenvolveu qualquer tipo de trabalho (ou o fez, mas por menos que uma hora) durante a semana de referência, que procurou ativamente por trabalho ou esperou pelo resultado da última pesquisa, mas mesmo assim, ficou disponível para o trabalho." (3)

CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA O DESEMPREGO

As causas do desemprego são muitas e, muitas vezes, o que é causa para uma determinada linha de pensamento, pode ser solução para outra. Dentre as causas mais citadas, pode-se enunciar: o desenvolvimento tecnológico, a globalização, a terceirização, a desindustrialização, o excesso de concentração da renda, os modernos métodos de gestão, de um modo geral, como a reengenharia e o *downsizing*, além de outras.

As consequências, por sua vez, podem ser devastadoras, tanto do ponto de vista da pessoa do desempregado e de sua família quanto do ponto de vista social e político. A

conta do desemprego, direta ou indiretamente, é paga por todos. É paga via aumento de impostos para cobrir despesas do tipo salário desemprego, despesas médico hospitalares, despesas com segurança e assim por diante.

Estudos comprovam que o desemprego aumenta os problemas relacionados com a saúde física e mental do trabalhador, fazendo com que se acentue a procura pelos serviços profissionais ligados a esta área. Também há comprovação de que a violência e o crime, de um modo geral, estão diretamente relacionados com o desemprego. Este pode ainda provocar radicalização política, tanto à direita quanto à esquerda, bem como ampla desorganização familiar e social. Estudos já descobriram relação entre aumento de desemprego e aumento de divórcios, apenas a título de exemplo.

Assim como não há consenso mínimo quanto às causas do desemprego, não há também nenhuma convergência em relação às soluções. Mais uma vez, o que é solução para uns, pode ser causa de desemprego para outros. Dentre as medidas de combate ao desemprego mais citadas pode-se enumerar: facilitação do consumo e do crédito, incentivo ao investimento privado, implementação de políticas fiscais e monetárias adequadas, aumento das despesas públicas (com ampla utilização do Estado como empregador e com o desenvolvimento de políticas sociais do tipo auxílio desemprego), flexibilização do mercado de trabalho, redução da jornada de trabalho, trabalho de tempo parcial, licenças remuneradas, restrição às horas extras, trabalho compartilhado, treinamento e requalificação de recursos humanos, além de outras possibilidades.

DIFICULDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE AO DESEMPREGO

As dificuldades para a implementação de políticas de combate ao desemprego, no entanto, não são pequenas. Desde há muito tempo, autores dos mais renomados afirmam que o desemprego é, acima de tudo, um problema político. Dentre eles destacam-se Marx, Kalecki e Keynes. É de Marx a célebre expressão do “exército industrial de reserva”. Segundo estes autores, quanto maior o nível de emprego maior se torna a escassez de trabalhadores. Pela lei da oferta e da procura, a escassez acaba elevando o preço da força de trabalho e, conseqüentemente, os custos de produção. Por esse motivo, seria de interesse dos empresários manter sempre um certo nível deliberado de desemprego, de modo a não permitir que os salários atingissem certos níveis, indesejáveis do ponto de vista do capital.

Estes níveis, no entanto, foram se alterando ao longo do tempo. Até 1920, “os americanos tendiam a pensar que qualquer nível de desemprego seria um desastre social.” (4). No final dos anos 20, imaginava-se que dois por cento seria um percentual aceitável, de acordo com Elderton. (5) Os autores de uma pesquisa britânica, publicada em 1935, sugeriam que a taxa *normal* de desemprego na Grã-Bretanha seria em torno de 4 por cento. (6) Em 1963, Walter Heller, “um otimista para os padrões americanos, ainda descrevia o nível de 4 por cento como aceitável”. (7) O que se percebe, portanto, é que a taxa minimamente aceitável foi crescendo ao longo dos anos.

A dificuldade metodológica para a definição de desempregado é outro entrave possível para a implementação de uma boa política no combate ao desemprego. É preciso levar-se em conta que existe uma grande diversidade nas metodologias e critérios através dos quais o desemprego é

contabilizado. Nos Estados Unidos, por exemplo, dependendo do método usado, este nível pode variar de 5 a 13 por cento. Segundo Rifkin, nas estatísticas não são mostrados todos os trabalhadores que perderam seus empregos e não mais procuraram por colocação. Se forem contabilizadas estas pessoas, a taxa alcançaria 9,5%. Se fossem contabilizados ainda os trabalhadores que perderam seus empregos integrais e passaram a ser trabalhadores parciais, a taxa subiria para 14%. Aqui não estaria sendo considerada a população encarcerada, que alcança 3% da população masculina adulta.(8)

Segundo Tonge, somente na Grã-Bretanha, “mais de trinta mudanças de método de contagem de desempregado foram feitas entre 1979 e 1994, todas, com exceção de uma, reduzindo o tamanho do registro de desemprego. (...) Tem-se desenvolvido uma política de estatística que dá margem a que se argumente que a contabilidade do desemprego oficial subestima a verdadeira extensão do desemprego”. (9)

A ideologia neo-liberal também pode dificultar a implementação de uma política mais consistente em relação ao desemprego. Normalmente ela culpa o próprio trabalhador pelo desemprego. Num nível mais primário, ouve-se a alegação de que o trabalho existe, o trabalhador é que não tem disposição para ocupá-lo, seja por preguiça pura e simples, seja por não aceitar o preço a ser pago pelo seu trabalho. Mas tem também um nível mais sofisticado de raciocínio. Neste nível, o problema do desemprego para a ser uma questão de não empregabilidade, ou seja, as vagas existiriam, mas os trabalhadores, de um modo geral, não estariam devidamente qualificados para seu preenchimento. Então o treinamento e a requalificação passam a ser a solução primária do desemprego.

A dificuldade de implementação de políticas de combate ao desemprego pode ser também

consequência de incompetência e de descaso dos setores públicos e (também) privados. Ambos têm que entender que nem sempre o que é eficaz, do ponto de vista privado, o é do ponto de vista público. A velha ladainha dos baixos salários para a solução do desemprego pode ser uma questão bastante ilustrativa. Do ponto de vista privado, um salário mais baixo reduz custos, aumenta margens de lucro bem como a competitividade e pode, em última análise, gerar novos empregos.

Por outro lado, se todos ganham menos, todos compram menos, todos vendem menos e todos produzem menos, diminuindo a massa de lucro da economia e, particularmente em função das *deseconomias de escala*, aumentam os custos, diminui a competitividade e, conseqüentemente, aumenta o desemprego. O que as pessoas, de um modo geral, precisam entender, é que o administrador público nem sempre pode implementar medidas com a lógica do administrador privado, porque o que é lógico para o último pode ser totalmente ilógico para a sociedade.

Muitas outras dificuldades certamente poderiam ser aqui arroladas. O objetivo do presente trabalho, no entanto, é fazer um apanhado geral e sintético sobre a questão do desemprego. Pode-se observar que a dificuldade para a solução, ou pelo menos, para a minimização do problema, é bastante grande. Não há sequer um consenso mínimo sobre o que seja desemprego, sobre suas causas e sobre a extensão de suas conseqüências. Decorre daí, em grande parte, a dificuldade para a elaboração e a implementação de políticas que possam auxiliar os governos e a sociedade no combate ao desemprego. Nem por isso o tema deixa de ser uma questão real, que requer a atenção de todos os responsáveis maiores pelo destino da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Folha de São Paulo do dia 04.10.00, p. B2.
2. GARRATY, John. *Economic Thought and Public Policy*. Harper & Row, New York, 1978. p. 10.
3. BROUCKER, Patrice de. Low Unemployment in Japan: The Product of Socio-Economic Coherence. In *The Unemployment Crisis*. Edited by Brian K. MacLean & Lars Osberg. McGill-Queen's University Press. London, 1996. pp. 226-243. p. 227.
4. GARRATY. p. 166.
5. ELDERTON, Marion. Case Studies of Unemployment (Philadelphia, 1931), p. xi. apud GARRATY. p. 166.
6. GARRATY. p. 167.
7. id. *ibid*.
8. RIFKIN, Jeremy. Entrevista à Folha de São Paulo, p. 1-2, 27 de outubro de 1997.
9. GLYNN, S. No alternative? Unemployment in Britain, London, Faber and Faber, 1991. apud Jonathan Tonge. Britain. In *The New Politics of Unemployment: radical policy initiatives in Western Europe*. pp. 87-102. p. 94.